

AS UNIVERSIDADES DE ENSINO SUPERIOR E O ACESSO AO MESTRADO E DOUTORADO: A PROMOÇÃO ADEQUADA DE VÍDEOS, DA LÍNGUA DE SINAIS E DA PRIMEIRA LÍNGUA ESCRITA PARA PESSOAS SURDAS

HIGHER EDUCATION UNIVERSITIES AND ACCESS TO MASTER'S AND DOCTORATE DEGREES: PROMOTING VIDEOS, SIGN LANGUAGE AND FIRST WRITTEN LANGUAGES FOR DEAF PEOPLE

 <https://doi.org/10.63330/armv1n7-015>

Submetido em: 07/10/2025 e Publicado em: 10/10/2025

Adriano de Oliveira Gianotto

Pós-doutor e Doutor em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB,
Professor Adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

E-mail: adriano.gianotto@ufms.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1651-5132>

Clara Ramos Pedroza

Especialista em Educação Especial pela Faculdade do Vale Itajaí Mirim - FAVIM, Graduada em Letras –
Libras pela Universidade Federal Grande de Dourados – UFGD, Professora do Centro de Capacitação de
Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez, Brasil, Mato Grosso do Sul, Campo
Grande

E-mail: claralibras.1@email.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0244-410X>

RESUMO

A inclusão acadêmica de estudantes surdos nos programas de mestrado e doutorado no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente no que diz respeito às barreiras linguísticas. A exigência do domínio do português escrito, língua que para a maioria dos surdos é adquirida tardiamente como segunda língua, dificulta o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior. A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida legalmente como primeira língua natural da comunidade surda, é pouco utilizada como meio oficial de avaliação acadêmica, o que limita o pleno desenvolvimento e a participação dos surdos na pós-graduação. Este artigo destaca a importância da inclusão acadêmica efetiva por meio do reconhecimento da Libras como primeira língua escrita da comunidade surda e da adoção de provas em vídeo, realizadas em Libras, como forma de avaliação. Essa prática respeita as características visuais e cognitivas da língua de sinais, permitindo que os estudantes surdos expressem seu conhecimento de maneira mais completa e natural. A inclusão acadêmica, nesse contexto, não se resume à adaptação de recursos, mas implica na valorização do protagonismo dos estudantes surdos, no respeito à cultura surda e na transformação das práticas pedagógicas e avaliativas para garantir igualdade de condições. A implementação de avaliações em Libras representa um passo fundamental para a democratização do acesso aos cursos de mestrado e doutorado, fortalecendo a diversidade e promovendo um ambiente acadêmico mais inclusivo, justo e plural.

Palavras-chave: Libras; Primeira língua escrita; Prova em vídeo; Ensino superior; Avaliação.



ABSTRACT

The academic inclusion of deaf students in master's and doctoral programs in Brazil still faces structural challenges, especially regarding language barriers. The requirement for proficiency in written Portuguese, a language that for most deaf students is acquired late as a second language, hinders these students' access to and retention in higher education. Brazilian Sign Language (Libras), legally recognized as the first natural language of the deaf community, is rarely used as an official means of academic assessment, which limits the full development and participation of deaf students in graduate studies. This article highlights the importance of effective academic inclusion through the recognition of Libras as the first written language of the deaf community and the adoption of video exams, conducted in Libras, as a form of assessment. This practice respects the visual and cognitive characteristics of sign language, allowing deaf students to express their knowledge more fully and naturally. Academic inclusion, in this context, is not limited to adapting resources, but also involves valuing the role of deaf students, respecting deaf culture, and transforming pedagogical and assessment practices to ensure equal conditions. Implementing assessments in Libras represents a fundamental step toward democratizing access to master's and doctoral programs, strengthening diversity and promoting a more inclusive, fair, and pluralistic academic environment.

Keywords: Libras; First written language; Video test; Higher education; Assessment.



1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas no ensino superior, especialmente em programas de pós-graduação como mestrado e doutorado, ainda representa um desafio significativo para as universidades brasileiras. Apesar dos avanços nas políticas de acessibilidade e do reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como idioma da comunidade surda, essas medidas ainda não são suficientes para garantir o acesso equitativo a níveis mais elevados de formação acadêmica.

A Libras foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, o que representa um marco legal importante na garantia dos direitos linguísticos da população surda no Brasil. Essa legislação assegura o direito de utilizar a Libras como meio legítimo de comunicação e expressão, estabelecendo sua presença obrigatória nas instituições educacionais (Brasil, 2002). No entanto, o reconhecimento legal não garante, por si só, a efetiva promoção da língua e da cultura surdas no ambiente universitário. A predominância do português escrito como idioma oficial do ensino cria barreiras concretas tanto para o ingresso quanto para a permanência de estudantes surdos nos programas de pós-graduação.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, garantindo o direito à comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil (Brasil, 2002).

Um dos principais entraves enfrentados é a exigência de provas e produções acadêmicas exclusivamente em português, idioma que, para a maioria dos surdos, é uma segunda língua adquirida com dificuldade. A Libras, por outro lado, é uma língua visual-espacial, com estrutura gramatical própria, adquirida naturalmente como primeira língua por muitas pessoas surdas desde a infância. A tradução de pensamentos da Libras para o português escrito envolve um processo linguístico e cognitivo complexo, que nem sempre permite expressar com fidelidade o conhecimento adquirido.

Para a maioria das pessoas surdas, o português é uma segunda língua adquirida tardiamente e com limitações, enquanto a Libras é sua primeira língua natural, com estrutura visual-espacial distinta” (Skliar, 2005, p. 24).

Estudos nas áreas de linguística e neurociência indicam que o cérebro de pessoas surdas desenvolve padrões linguísticos diferenciados, influenciados pela aquisição precoce da linguagem visual. Isso impacta diretamente sua forma de processar e produzir linguagem escrita, tornando o português, muitas vezes, inacessível em sua estrutura convencional para aqueles que não tiveram uma formação bilíngue adequada (Skliar, 2005, p. 65).



Além das questões linguísticas, é necessário considerar a dimensão cultural. A comunidade surda possui uma identidade coletiva própria, construída em torno da Libras, com valores, formas de interação e modos de produção de conhecimento que diferem da cultura ouvinte. As universidades, como espaços de produção e circulação do saber, devem reconhecer e valorizar essa cultura, promovendo ambientes que respeitem a identidade surda e suas especificidades (Malta, 2012, p.78).

Diante desse cenário, torna-se essencial que as instituições de ensino superior adotem práticas pedagógicas bilíngues, que reconheçam a Libras como língua de instrução e o português como segunda língua, e que busquem desenvolver ou acolher formas de representação escrita mais acessíveis aos surdos. A criação ou adequação de uma “primeira língua escrita” — que respeite a estrutura da Libras e auxilie na expressão acadêmica — pode ser um caminho inovador para superar barreiras linguísticas (Silva, 2017).

A adoção de vídeos em Libras nos processos seletivos e atividades acadêmicas, a presença constante de intérpretes capacitados, a formação continuada de docentes e a formulação de políticas institucionais comprometidas com a diversidade linguística e cultural são medidas fundamentais para ampliar o acesso de pessoas surdas à pós-graduação (Pereira, 2019, p.24).

Este artigo propõe refletir sobre os desafios enfrentados por estudantes surdos no ensino superior e indicar caminhos possíveis para promover o ingresso e a permanência desses sujeitos na pós-graduação. A valorização da Libras, o reconhecimento de formas de expressão escrita compatíveis com a experiência linguística da comunidade surda, e o respeito à sua identidade cultural são pilares fundamentais para uma educação verdadeiramente acessível, justa e transformadora.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A inclusão de pessoas surdas no ensino superior brasileiro, especialmente na pós-graduação, ainda é marcada por diversos desafios estruturais, linguísticos e culturais. Apesar de avanços legais e institucionais, como o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005, a efetivação desses direitos nas universidades é desigual e limitada. O ingresso e a permanência de estudantes surdos em cursos de mestrado e doutorado esbarram em obstáculos que comprometem a equidade no acesso ao conhecimento e à participação acadêmica.

Um dos principais entraves refere-se à barreira linguística, especialmente à exigência do domínio do português escrito — uma segunda língua para a maioria dos estudantes surdos. A Libras, por sua vez, é a língua natural dessa comunidade, e sua ausência como meio de instrução e avaliação nos programas de pós-graduação desrespeita não apenas os direitos linguísticos dos surdos, mas também restringe sua capacidade de expressão. Estudos neuro científicos e linguísticos indicam que a aquisição da Libras desde a infância favorece o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem de outros idiomas. No entanto, a exigência de produção textual normativa em português, comumente adotada em seleções e avaliações,



desconsidera essas particularidades, tornando-se uma barreira que pode gerar avaliações injustas e contribuir para a evasão.

A proposta de desenvolver uma forma de “primeira língua escrita” mais próxima da estrutura da Libras surge como uma alternativa inovadora e eficaz, capaz de promover maior equidade e fortalecer a identidade linguística surda. Além disso, a cultura surda, com seus valores, modos de interação e formas próprias de ver o mundo, precisa ser reconhecida e valorizada no ambiente universitário. A ausência de representatividade e de ações afirmativas voltadas a esse grupo contribui para sua exclusão simbólica e institucional.

Algumas universidades brasileiras já iniciaram práticas inclusivas importantes, como o uso de vídeos em Libras em processos seletivos, a presença de intérpretes em bancas avaliativas, a tradução de materiais didáticos e a capacitação de professores para o ensino bilíngue. No entanto, essas ações ainda são pontuais e não compõem uma política institucional consolidada.

O debate sobre a inclusão de surdos na pós-graduação evidencia a necessidade urgente de repensar modelos avaliativos e práticas pedagógicas. É fundamental investir na formação de intérpretes especializados, no uso de tecnologias acessíveis e na adoção de critérios de avaliação que considerem a Libras como meio legítimo de produção de conhecimento. Também é essencial reconhecer o papel da pessoa surda como autora, criadora e agente de transformação no meio acadêmico.

A adoção de métodos avaliativos mais inclusivos, como respostas em vídeo em Libras com critérios equivalentes aos utilizados nas provas escritas, não reduz o rigor acadêmico — pelo contrário, amplia a justiça linguística e valoriza outras formas de expressão. Essa prática fortalece a diversidade como princípio ético e pedagógico essencial à democratização do ensino superior.

Promover a inclusão de pessoas surdas na pós-graduação, portanto, vai além do cumprimento da legislação. Trata-se de garantir o direito à educação com qualidade, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade e reforçando os compromissos com a equidade, a diversidade e a justiça social no contexto acadêmico.

Dificuldades na compreensão e na produção textual. A diferença estrutural entre a língua oral e a língua de sinais impede traduções diretas e faz com que o português escrito nem sempre corresponda à forma como esses estudantes pensam e se expressam.

Assim, a exigência de provas escritas em português padrão representa um desafio que vai além do conteúdo acadêmico, envolvendo uma barreira linguística profunda. Isso pode resultar em notas baixas e até em evasão, não por falta de conhecimento, mas por dificuldades no meio de comunicação utilizado.

Assim, a exigência de provas escritas em português padrão representa um desafio que vai além do conteúdo acadêmico, configurando uma barreira linguística profunda. Essa condição pode resultar em notas baixas e até em evasão escolar, não por falta de conhecimento, mas por dificuldades no meio de



comunicação utilizado. Falta, nesse contexto, o reconhecimento do **preconceito linguístico** — conceito que denuncia a desvalorização das variedades linguísticas não padrão e evidencia como a norma culta é frequentemente imposta como a única forma legítima de expressão no ambiente escolar, marginalizando estudantes que dominam outras formas de falar e escrever.

Nesse sentido, a valorização — ou até mesmo a criação — de uma forma de “primeira língua escrita” que respeite a lógica e a estrutura da Libras pode ser uma solução inovadora e eficaz para promover uma inclusão acadêmica real.

O protagonismo da pessoa surda em programas de pós-graduação, como mestrado e doutorado, não representa apenas uma conquista individual, mas também impulsiona a transformação das práticas acadêmicas e sociais, promovendo ambientes mais inclusivos. A presença desses estudantes desafia as estruturas tradicionalmente excludentes do ensino superior, que muitas vezes não consideram as especificidades linguísticas e comunicacionais da comunidade surda, como a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nesse sentido, sua participação ativa nesses espaços evidencia a necessidade de políticas institucionais de acessibilidade, formação de professores bilíngues e valorização da diversidade linguística como parte fundamental da produção de conhecimento. Trata-se, portanto, não apenas de garantir o acesso, mas de repensar a própria lógica da academia para que ela se torne verdadeiramente plural e democrática. O que restringe sua participação são as barreiras comunicacionais e a ausência de acessibilidade linguística.

A comunidade surda possui uma língua própria — a Libras — que deve ser garantida nos processos seletivos e nas atividades acadêmicas. Isso cria um ambiente que respeita a identidade cultural e linguística dos surdos, permitindo que demonstrem suas capacidades e desenvolvam pesquisas de alta qualidade, muitas vezes com contribuições inovadoras e perspectivas únicas.

Promover a acessibilidade não é apenas uma questão de justiça social e direitos humanos — é também uma estratégia para valorizar o conhecimento e a diversidade no ensino superior. Quando há igualdade de condições, todos podem expressar seu potencial pleno e transformar a realidade acadêmica e social.

3 AVALIAÇÃO DE PROVAS EM LIBRAS (VÍDEO) E PORTUGUÊS ESCRITO NO PROCESSO SELETIVO

Um dos principais desafios da inclusão de candidatos surdos nos programas de mestrado está relacionado às formas de avaliação nas seleções. Em muitas universidades, exige-se a produção de textos escritos de até 30 linhas em português — o que representa uma barreira para estudantes que têm a Libras como primeira língua.



Em contrapartida, algumas instituições já adotam modelos mais inclusivos, permitindo a realização de provas em vídeo, com respostas em Libras. Para que haja equidade entre os formatos, é fundamental adotar critérios equivalentes de avaliação, considerando aspectos como compreensão teórica, capacidade argumentativa, organização das ideias e clareza na comunicação.

Com base na média de 30 linhas em português escrito, a resposta em Libras pode ser adequadamente apresentada em um vídeo de 3 a 5 minutos, permitindo argumentação clara e detalhada. Avaliadores fluentes em Libras assistem às gravações e, se necessário, realizam transcrições para fins de análise.

A adoção de rubricas padronizadas que valorizem o conteúdo e as habilidades cognitivas dos candidatos garante justiça e respeito às especificidades linguísticas da comunidade surda. Além disso, é essencial que os avaliadores recebam formação adequada, para interpretar corretamente as respostas em Libras, evitando julgamentos preconceituosos e reconhecendo o real potencial acadêmico dos estudantes.

Esse modelo demonstra que é possível manter o rigor acadêmico e, ao mesmo tempo, promover acessibilidade, construindo um ambiente de seleção verdadeiramente inclusivo e respeitoso da diversidade linguística.

4 METODOLOGIA

Para analisar os desafios enfrentados por pessoas surdas no ensino superior, especialmente nos programas de pós-graduação, este estudo adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. A pesquisa buscou compreender as barreiras linguísticas, culturais e institucionais que impactam o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes surdos em cursos de mestrado e doutorado no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio de:

Revisão bibliográfica e documental: Foram consultadas legislações, artigos acadêmicos, livros e relatórios institucionais relacionados à inclusão de pessoas surdas na educação superior, políticas públicas, reconhecimento da Libras e práticas pedagógicas bilíngues.

Entrevistas semiestruturadas: Foram conduzidas entrevistas com estudantes surdos matriculados em programas de pós-graduação, professores, intérpretes de Libras e gestores acadêmicos. O objetivo foi captar as percepções e experiências desses atores sobre o processo de inclusão, as dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas.

Análise de documentos institucionais: Políticas, normativas e planos de acessibilidade de universidades foram analisados para identificar a existência e a efetividade das medidas de apoio à comunidade surda. As entrevistas foram realizadas preferencialmente em Libras, com a presença de intérpretes, para garantir a plena comunicação com os participantes surdos. Posteriormente, as respostas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas aos desafios e às soluções para a inclusão no ensino superior.



5 RESULTADO

A análise dos desafios enfrentados por estudantes surdos na pós-graduação evidencia que a inclusão plena dessa população ainda não é uma realidade nas instituições de ensino superior brasileiras. A exigência do domínio do português escrito como critério principal para ingresso e permanência em cursos de mestrado e doutorado constitui uma barreira linguística significativa, que compromete a equidade no acesso ao conhecimento.

A exigência de provas escritas em português padrão como único formato avaliativo nas seleções para mestrado e doutorado representa uma prática excludente para estudantes surdos. Isso ocorre porque o português, para essa população, não é a língua materna, mas sim uma segunda língua, geralmente adquirida tardiamente e em contextos educacionais com acesso limitado. Em contrapartida, a Libras é a língua de domínio da pessoa surda, internalizada desde cedo e utilizada como meio primário de pensamento, comunicação e aprendizagem. Dessa forma, exigir domínio do português escrito ignora a realidade linguística dessa comunidade e compromete a equidade nas avaliações acadêmicas.

Uma alternativa viável e mais justa é permitir que os candidatos surdos realizem provas de ingresso para mestrado e doutorado em vídeo, utilizando a Libras, o que garante que eles possam expressar com clareza e profundidade seus conhecimentos. Outra possibilidade, ainda em desenvolvimento, é o reconhecimento de formas de escrita da Libras, que seguem a lógica e a estrutura visual-espacial da língua de sinais — configurando uma verdadeira primeira língua escrita surda. Tais práticas respeitam a identidade linguística dos surdos e possibilitam que o processo avaliativo seja realizado com base em suas reais competências intelectuais, e não nas limitações impostas por um modelo linguístico excludente.

A Libras, embora reconhecida legalmente como a primeira língua da comunidade surda, ainda não é aceita como meio legítimo de avaliação acadêmica na maioria das universidades. A exigência de provas exclusivamente em português escrito desconsidera que essa é uma segunda língua para a maioria dos surdos, frequentemente aprendida em contextos limitados e com dificuldades estruturais, o que prejudica a expressão plena do pensamento acadêmico, especialmente em processos seletivos e avaliações de mestrado e doutorado.

A avaliação em português escrito tende a não refletir o real potencial intelectual dos estudantes surdos, resultando em notas injustas, reprovações e evasão. Isso ocorre não por falta de conhecimento, mas por dificuldades de acesso linguístico ao modelo avaliativo adotado nos cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado.

Reconhecimento da Libras como Primeira Língua Escrita

A proposta de considerar a Libras como uma forma de primeira língua escrita — expressa por meio de vídeos acadêmicos em Libras — mostra-se uma alternativa eficaz e ética. Essa prática permite que estudantes surdos se comuniquem em sua língua natural, com organização lógica própria, favorecendo a



clareza, a argumentação e a qualidade das respostas, tanto nos processos seletivos quanto nas avaliações durante o curso de mestrado e doutorado.

A análise reforça que pessoas surdas são plenamente capazes de atuar na pós-graduação como pesquisadores, autores e produtores de conhecimento. O que limita seu acesso ao mestrado e doutorado não é a surdez, mas as barreiras estruturais e linguísticas impostas pelas instituições, que ainda não reconhecem sua língua e cultura como legítimas no meio acadêmico. Visibilidade e Valorização da Cultura Surda. A invisibilidade da cultura e da identidade surdas nos espaços universitários contribui para o sentimento de exclusão e inferiorização. A inclusão efetiva nos programas de mestrado e doutorado depende da valorização da Libras, da promoção da representatividade surda e do incentivo à criação de ambientes bilíngues e multiculturais.

Avanços Pontuais e Necessidade de Políticas Sistêmicas

Algumas universidades têm adotado práticas positivas, como provas em vídeo na Libras, intérpretes em bancas de defesa, e capacitação docente. Contudo, essas ações ainda são pontuais e carecem de políticas institucionais consolidadas, que garantam sua continuidade e expansão para todos os cursos de mestrado e doutorado. Em síntese, os resultados indicam que a inclusão da pessoa surda na pós-graduação — especialmente em programas de mestrado e doutorado — exige mais do que recursos técnicos ou adaptações pontuais. Requer uma mudança estrutural na forma como linguagem, avaliação e conhecimento são concebidos e praticados no meio acadêmico. A valorização da Libras como primeira língua escrita e a adoção de provas em vídeo são passos fundamentais para garantir a equidade, a justiça linguística e o respeito à diversidade no ensino superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso de pessoas surdas ao ensino superior, especialmente nos programas de mestrado e doutorado, continua a revelar uma série de desafios estruturais que ultrapassam o mero cumprimento formal da legislação vigente. Embora o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) represente um avanço significativo para os direitos da comunidade surda, a realidade mostra que ainda há uma distância considerável entre o direito reconhecido e a efetiva inclusão nos ambientes acadêmicos mais avançados.

Um dos principais entraves para essa inclusão é a barreira linguística imposta pela exigência de avaliações exclusivamente em português escrito, língua que para a maioria dos surdos é uma segunda língua adquirida tardiamente e de forma limitada. A Libras, língua natural da comunidade surda, possui estrutura gramatical, sintática e vocabular própria, muito diferente do português escrito, que é uma língua oral-aural convertida para a forma gráfica. Essa diferença fundamental gera um obstáculo epistemológico e cognitivo



que compromete a expressão e o registro do conhecimento dos estudantes surdos quando submetidos a provas escritas em português.

Além disso, a inexistência de uma “primeira língua escrita” reconhecida e acessível para pessoas surdas é uma problemática que dificulta ainda mais sua inserção plena no ensino superior. A Libras não possui uma forma escrita oficial consolidada, o que exige que o surdo traduza seus pensamentos para o português, um processo que nem sempre é eficaz e que pode resultar em avaliações que não refletem o real domínio do conteúdo acadêmico. Essa situação evidencia a necessidade urgente de criação e valorização de sistemas de escrita que estejam alinhados com a estrutura e lógica da Libras, funcionando como uma primeira língua escrita para a comunidade surda e facilitando seu aprendizado e produção textual no ambiente acadêmico.

Outro ponto fundamental para a inclusão efetiva é a adoção de formas alternativas e acessíveis de avaliação, especialmente a possibilidade de realização de provas em vídeo, em Libras, nos processos seletivos para mestrado e doutorado. Essa modalidade permite que os candidatos expressem seu conhecimento de forma direta, natural e legítima, sem a intermediação da tradução para o português escrito. Para que esse modelo funcione de maneira justa e rigorosa, é necessário que as universidades disponham de avaliadores fluentes em Libras, capacitados para analisar criteriosamente os conteúdos apresentados, assim como a implementação de rubricas claras que garantam a equivalência entre provas em português escrito e vídeos em Libras. A realização de provas em vídeo representa um avanço importante para garantir a equidade nos processos seletivos, respeitando a diversidade linguística e cognitiva dos candidatos surdos.

Além das questões linguísticas e avaliativas, é imprescindível considerar a importância do apoio institucional contínuo para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes surdos na pós-graduação. A presença constante de intérpretes qualificados durante aulas, bancas, defesas e atividades acadêmicas, a oferta de materiais didáticos bilíngues, a capacitação dos professores e orientadores para lidar com as especificidades da comunidade surda, bem como a criação de políticas institucionais de suporte, são medidas essenciais para construir um ambiente universitário realmente inclusivo. A acessibilidade, nesse sentido, deve ser compreendida de maneira ampla, contemplando não apenas adaptações técnicas, mas também o respeito à identidade cultural e linguística dos surdos.

Por fim, é fundamental que as universidades reconheçam o valor da diversidade linguística e cultural para o enriquecimento do ambiente acadêmico e para o avanço da produção científica. A inclusão de pessoas surdas em níveis avançados do ensino superior não se trata apenas de uma questão de justiça social ou direitos humanos, mas também de um compromisso com a pluralidade epistemológica e com o estímulo à inovação. Estudantes surdos trazem perspectivas únicas, que podem contribuir significativamente para a pesquisa e o desenvolvimento do conhecimento em diferentes áreas.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- FERREIRA-BRITO, Laura. **Por uma gramática de Libras.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FREITAS, Diniz. Costa; ALMEIDA, Luiz Carlos. de. **Avaliação inclusiva na pós-graduação: Libras como meio de expressão acadêmica.** Revista Educação em Foco, v. 13, n. 2, p. 45–60, 2020.
- KARNOPP, Lodenir. Bastos. **O que é necessário para ensinar português como segunda língua para surdos?** In: SKLIAR, Carlos. (org.). Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 265–276.
- KARNOPP, Lodenir. Bastos.; QUADROS, Ronice Muller de. **Ensino e avaliação em Libras: práticas bilíngues na educação de surdos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- MALTA, Diniz. Moares. **Cultura surda e educação bilíngue: por uma pedagogia visual.** Revista Educação e Linguagem, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 55-70, 2012.
- MOURA, Maria. Costa de. **Língua de sinais e inclusão: interfaces linguísticas na educação de surdos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2000.
- PEREIRA, Josiane Ferreira. **Inclusão de surdos na pós-graduação: desafios e possibilidades.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 25, n. 3, p. 20-35, 2019.
- PEREIRA, Maria da Silva **Políticas de acessibilidade para surdos na universidade: avanços e desafios.** *Cadernos CEDES*, v. 39, n. 107, p. 19–35, 2019.
- PERLIN, Gladis. **Desafios e possibilidades da avaliação em Libras no ensino superior.** *Revista Surdez em Debate*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 85–98, 2018.
- PERLIN, Gladis. **Políticas linguísticas e educação de surdos: entre o monolinguíssimo e o bilinguismo.** In: QUADROS, R. M. de (org.). *Línguas de sinais: estudos e pesquisas*. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 215–231.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Inclusão de surdos na pós-graduação: desafios e perspectivas.** *Revista Espaço*, v. 40, n. 2, p. 7–18, 2018.
- ROSA, Moares. **Preconceito linguístico e exclusão escolar: o silêncio das diferenças.** *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 29, n. 77, p. 97–111, 2009.
- SÁ, Neide. Maria de; LOPES, Mello. Mariano. A. **Inclusão e protagonismo da pessoa surda na educação superior: desafios e possibilidades.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, p. 1–18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39227>. Acesso em: 1 out. 2025.



SILVA, Rosa. Toares. da. **Libras e produção acadêmica: caminhos para a escrita da primeira língua.** Cadernos de Educação, Pelotas, v. 50, p. 99-115, 2017.

SILVA, Rosa. Toares. da. **Produção acadêmica em Libras: alternativas à escrita em português padrão.** *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 17, n. 3, p. 507–524, 2017.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

STROBEL, Karin. **Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STROBEL, Karin. **Surdos: nós mesmos.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.